



ANAIS

**IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS RELIGIOSAS
NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

VII SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO LERR/UEL

**IV SIMPÓSIO REGIONAL SUL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (ABHR)**

VIII COLÓQUIO NACIONAL CULTURA E PODER (UNESPAR)

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2021

IMIGRAÇÃO NEGRA NO BRASIL E RACISMO: A ATUAÇÃO SOCIAL DA MISSÃO PAZ NO ACOLHIMENTO AOS HAITIANOS PARA IMPULSIONAR AÇÕES ANTIRRACISTAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

José Cristiano Bento dos Santos
Prof^ª. Dr^ª Maria Nilza da Silva (Orientadora)

249

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação social da Missão Paz como mecanismo de combate ao racismo, no processo de acolhimento e de inserção dos haitianos no Brasil, de modo particular, em São Paulo. A imigração é um fenômeno mundial que transcende todas as realidades continentais e locais, tornando-se perceptível em várias regiões do mundo neste início do século XXI. O Brasil, especialmente nos últimos anos, colheu um número significativo de pessoas provenientes de países como Bolívia, Paraguai, Venezuela, Senegal, Gana, em especial do Haiti, que em 2010 passou por um terremoto e, teve como consequência um deslocamento massivo de haitianos para vários países, de modo particular, o Brasil. Porém, um contingente de haitiano foi recebido pela Missão Paz em São Paulo, uma das instituições religiosas, responsáveis pela acolhida dos imigrantes na capital paulista. Apesar do trabalho desse organismo religioso no acolhimento aos haitianos, existe racismo no Brasil contra a população negra, que desencadeia uma série de discriminações raciais e desigualdades socioeconômicas, que atingem principalmente esses imigrantes que também são negros e, por isso, sofrem violência cultural, moral, material e física. Contudo, as ações da Missão Paz, como agente social que tem como objetivo, buscar melhores soluções de acolhimento e inserção dos haitianos na sociedade, como meio de combate ao racismo.

Palavras-chave: Missão Paz; Imigrante; Haitiano e Racismo.

INTRODUÇÃO

A presente trabalho enfatiza a atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento e de inserção dos imigrantes haitianos no Brasil, de modo particular, em São Paulo, como mecanismo de combate ao racismo. O foco central da investigação, incide sobre a relação entre essa entidade religiosa e os imigrantes haitianos, e suas contribuições práticas como agente social antirracista, mediante suas ações políticas que combatem preconceito, violência física, moral, cultural e exploração de sua mão de obra em trabalho em condição análoga à escravidão, como um meio de sensibilização dos brasileiros e de inserção dos imigrantes haitianos na sociedade, de modo que esse grupo étnico-racial não sofra racismo.

A Missão Paz, hipoteticamente, trabalha com duas temáticas globais: Imigração e Racismo. Fenômenos fundamentais para o trabalho investigativo da academia, tendo em vista que, a atuação acadêmica tem um compromisso social com o debate político-público, como

meio de ajudar a sociedade a refletir sobre a realidade dos haitianos no Brasil, para encontrar soluções para criar políticas públicas que possam atender e integrar essa população na convivência social de maneira justa e mais equânime.

Por isso, essa pesquisa pretende analisar as contribuições sociais da Missão Paz no acolhimento aos imigrantes haitianos, como meio de combate ao racismo sofrido por eles, buscando considerar as lutas antirracistas sob prismas ainda pouco estudados nas histórias oficializadas.

BRASIL UM PAÍS HISTORICAMENTE MARCADO PELA IMIGRAÇÃO

O Brasil é um país, historicamente marcado pela imigração¹ desde o início da colonização portuguesa até o momento atual, definindo-se como um território, essencialmente acolhedor de imigrantes de diversos países, como: Portugal, Itália, Espanha, Alemanha, Japão etc. (BASSANEZI, 1995).

Segundo Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (1995), os portugueses iniciaram a imigração no Brasil com o objetivo de dominação do território nacional, através da implantação do poder militar e da apropriação dos bens econômicos do país, introduzindo um movimento migratório forçado que perdurou por três séculos (até 1850) (BASSANEZI, 1995, p. 2).

De acordo com Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (1995), com a expansão do capitalismo no início do século XIX, o movimento migratório se diversificou com experiência de imigrantes livres e não portugueses, atraídos por um projeto de colonização rural pautado na defesa de povoamento com base na pequena propriedade policultura, prolongando-se até o século XX.

Na visão da autora (1995), esse movimento migratório iniciou-se com portugueses, alemães, suíços japoneses, chineses e indianos, que foram atraídos para trabalhar na cafeicultura brasileira do Oeste de São Paulo, e também para trabalhar na construção de infraestrutura urbana, principalmente, estradas e caminhos estratégicos para o fortalecimento da agricultura.

¹ **Imigração:** Processo através do qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem. **Emigração:** Abandono ou saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro. As normas internacionais sobre direitos humanos preveem que toda a pessoa deve poder abandonar livremente qualquer país, nomeadamente o seu próprio, e que, apenas em circunstâncias muito limitadas, podem os Estados impor restrições ao direito de um indivíduo abandonar o seu território. **Estrangeiro:** Pessoa que não é nacional de um determinado Estado. Pessoa que pertence ou que pertence a outro Estado. **Migração:** Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos (VOHRA, 2009, p. 26-64).

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UUEL), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

Para Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (1995), a vida dos imigrantes para o Brasil está inserida num contexto de transformação sociodemográfica da Europa, que resultou na Transição Demográfica provocada pelo sistema capitalismo, que se expandiu também pelos países da América Latina. Nessa perspectiva, segundo Bassanezi, o movimento migratório teve como resultado, privilégio para o contingente branco de preferência, em detrimento de outros segmentos não-brancos como negros e indígenas, principalmente, a partir do crescimento da economia paulista que subsidiou estrangeiros europeus, importantes aliados da reforma das políticas institucionais, como a abolição da escravidão negra.

Segundo Florestan Fernandes e Roger Bastide (1955), após a abolição, o negro foi excluído do sistema econômico brasileiro, ainda como classe social, oprimida historicamente pela classe capitalista, sua força de trabalho foi explorada e, sobre seus ombros repousou o próprio funcionamento das engrenagens que movem o sistema econômico. Por isso, toda situação de pobreza vivenciada pelos imigrantes africanos e haitianos, talvez seja consequência da sofrida rejeição da população negra, que luta para se beneficiar da produção capitalista, produzido por ela mesma (BASTIDE; FERNANDES, 1955).

A IMIGRAÇÃO DOS HAITIANOS RUMO AO BRASIL COMO MEIO DE SOBREVIVÊNCIA

O fenômeno catastrófico que aconteceu em Porto Príncipe, capital do Haiti, motivou muitos haitianos a olharem o Brasil com esperança, a partir de uma certeza de que, esse lugar geográfico da América do Sul, pudesse ser país da possibilidade da reconstrução de sua existência material, como ser lido na perspectiva de Roberta Guimarães Peres e Rosana Baeninger (2015).

Segundo Baeninger e Peres (2015), a imigração haitiana no Brasil é consequência do terremoto que aconteceu no Haiti em 2010. Isso é um ponto de partida para o entendimento desse fenômeno migratório, porém, a causa do mesmo é estrutural e histórica e, por isso, passado meia década do terremoto, a imigração haitiana se consolida no país, contando com acordos bilaterais para a permanente vida desse contingente imigrante em território brasileiro (BAENINGER; PERES, 2015).

Houve dificuldades para os haitianos conseguirem o visto no Haiti e, isso gerou um intenso e complexo caminho que, segundo Baeninger e Peres (2015), os principais lugares de entrada desses haitianos no Brasil são as fronteiras do Peru que estão ligados com os Estados

do Acre e Amazonas. Até o momento atual, ao acessarem à fronteira, os imigrantes do Haiti apresentam uma solicitação de refúgio, com justificativas nas péssimas condições de sobrevivência nesse país devastado pelo terremoto e a impossibilidade de se continuar vivendo no mesmo lugar após esse fenômeno catastrófico.

Segundo Baeninger e Peres (2015), o acesso desses imigrantes pela fronteira está ligado a uma chegada não documentada, que “necessitará do pedido de refúgio para conseguir o visto humanitário, ao passo que a entrada por São Paulo, pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos, relaciona-se a um contingente com o visto humanitário adquirido no Haiti” (BAENINGER; PERES, 2015, p. 6).

É possível identificar a realidade geográfica do Brasil mais procurada pelos imigrantes haitianos. De acordo com Baeninger e Peres (2015), a base de dados da Polícia Federal-Ministério da Justiça que organizam as informações advindas dos registros de entradas de estrangeiros no país, constata que, 95% de toda a imigração haitiana para o Brasil, e 97% dessa imigração são para São Paulo.

A partir dessa análise, São Paulo se tornou o grande foco de atração dos haitianos, por causa de seu histórico de relação industrial com os imigrantes de vários lugares do mundo e do próprio país. Nessa perspectiva, Baeninger e Peres (2015), na grande cidade paulistana, há empresas das mais diversas em busca de haitianos necessitados de trabalho. Por isso lhes oferece emprego em “restaurantes, frigoríficos, indústrias de alimentos processados, fábricas de roupas e sapatos” (BAENINGER; PERES, 2015, p. 14).

Segundo as autoras (2015), é a partir da situação degradante da sobrevivência material dos haitianos e da oferta de emprego das empresas, que a Missão Paz entra em cena, para dar assistência a esses imigrantes desempregados e, já empregados, dedicam-lhes auxílio com moradia, alimentação, alfabetização, assessorias jurídicas durante e depois de sua permanência na entidade religiosa.

Nesse contexto histórico se destaca a Missão Paz, com seu protagonismo social na acolhida dos imigrantes haitianos, incluindo esse grupo étnico-racial na sociedade brasileira, respeitando sua identidade cultural, política e religiosa, sem fazer distinção de indivíduos e sem proselitismo religioso.

HISTÓRIA DA MISSÃO PAZ

A Missão Paz é uma iniciativa religiosa e política da Igreja Católica, voltada para os

imigrantes, gestada pelos religiosos scalabrianianos no início da década de 1990, a partir da atuação social das seguintes entidades: Paróquia Italiana (1940), Nossa Senhora da Paz (1940), Centro de Estudos Migratórios (CEM) (1969), Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM), 1977, Casa do Migrante (CdM), 1978 e a Paróquia Latino Americana e Italiana, em 1995 (CORRÊA, 2015).

De acordo com Flávio Alcinei Corrêa (2015), no ano de 1996, os representantes de cada um desses segmentos voltados para o atendimento aos imigrantes, se reuniram para debater e propor soluções organizativas para a força de trabalho voluntária, representada por indivíduos que constituíram a Associação Voluntária pela Integração do Migrante (AVIM).

Segundo Corrêa (2015), em 2007 a Associação Voluntária pela Integração do Migrante (AVIM) passou a ser identificado como o nome de Missão Scalabriniana de Nossa Senhora da Paz, mais conhecida como “Missão Paz”, locus de concentração das ações sociais do CEM, CPMM e da CdM. Essa mudança de nomenclatura aconteceu após um período processual de atuação dos membros ativos das entidades sócio-religiosas junto aos imigrantes, na perspectiva de que, a renomeação da integração dos segmentos, possibilitaria a potencialização dos trabalhos das mesmas entidades.

Pode-se dizer que, o objetivo da Missão Paz é proporcionar o recomeço e o sentimento de pertencimento aos imigrantes na sociedade brasileira, na perspectiva de integração e acolhimento aos imigrantes, na busca em compreender sua origem e sua cultura, respeitando os sempre no papel de protagonistas de suas histórias. Por isso, para equacionar esse objetivo, é preciso conhecer a atuação dos segmentos que compõem a Missão Paz: CPMM, CEM e a Igreja Nossa Senhora da Paz, levando em consideração de que, cada uma dessas vertentes conta com suas especificidades no acolhimento e está organizada segundo suas atribuições.

O Centro de Estudos Migratórios (CEM) foi fundado em 1969, em São Paulo, pelos scalabrinianos, religiosos estudantes que tinham por objetivo acompanhar de perto o fenômeno das imigrações internas que geravam enorme desafios por causa da presença de indivíduos de outras regiões do Brasil, como do Norte, Nordeste, Paraná e, até de outros países, como do Paraguai (CORRÊA, 2015).

As primeiras pesquisas desses religiosos, de acordo com Corrêa (2015), focaram nas péssimas condições da viagem que mineiros e os nordestinos sofriam para chegar na cidade de São Paulo, e depois serem despachados para Ourinhos – SP. Um trajeto desumano que foi denunciado pelos mesmos estudantes no jornal da Arquidiocese de São Paulo: “O São Paulo”, como um meio de visibilizar a realidade, a qual os imigrantes eram submetidos, a fim de se

constituir políticas sociais para o acolhimento e assistência dos mesmos. O resultado do trabalho dos religiosos foi a criação do Centro de Estudos Migratórios (CEM).

Segundo Mércia Maria Cruz Stefanelli (2016), os religiosos transformaram o CEM num laboratório de pesquisa, para ser o centro de referência intelectual, a partir da produção científica dos estudantes comprometidos com a situação dos imigrantes, da capacitação de agentes de pastorais adeptos dessa realidade e, também da formação dos próprios imigrantes para integrá-los na sociedade, como identificado na análise de.

Esse vasto trabalho do CEM indicado pela autora (2016), indica um significativo acervo documental referente à sua própria história junto aos imigrantes. Porém, não se deve esquecer que essa entidade atuou durante em parceria com a Casa do Migrante (CdM) e com o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM), durante um período de transformação das estruturas políticas do Brasil, tencionadas pelo surgimento de iniciativas sociais.

Dois organismos da católica que foram criados durante o período de repressão da Ditadura Militar no Brasil, num contexto marcado pelo surgimento da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base, Movimentos Populares e Movimentos Sociais e do governo eclesiástico de Dom Evaristo Arns na Arquidiocese de São Paulo².

Em 1974, os scalabrinianos fundaram a CdM, como uma base de apoio mais sólida para acolher os migrantes, através da colaboração de voluntários que se solidarizaram com a situação desses indivíduos que procuraram o Brasil como uma oportunidade de sobrevivência material. De acordo com Flávio Alcinei Corrêa (2015), religiosos estudantes e católicos comuns criaram a Associação de Voluntário pela Integração do Migrante (AVIM), no bairro do Ipiranga, São Paulo, como meio de concentração de suas atividades práticas.

Segundo Leila Aparecida Bomfim (2010), com a constituição da AVIM, os religiosos e os voluntários investiram na qualificação profissional dos imigrantes, a partir de sua inserção dos recém-chegados na cidade de São Paulo, em cursos profissionalizantes visando o mercado de trabalho e, com palestras de integração social para facilitar a participação deles na sociedade paulistana.

De acordo a autora (2010), em 1978, as atividades da AVIM foram realocadas na

² Em 1970, o Papa Paulo VI nomeou Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo metropolitano de São Paulo. Nessa época, o bispo já visitava quartéis e presídios, para libertar dezenas de presos políticos, entre os quais, os seminaristas dominicanos. Por isso, no ano seguinte, Dom Paulo criou a Comissão Brasileira Justiça e Paz, da diocese de São Paulo, para denunciar os abusos do regime militar (SANTOS; FACHIN, 2016). Dom Paulo Evaristo Arns, através desse organismo de denúncias dos abusos contra os presos políticos, tinha acesso ao inquérito de tortura, ou de ameaças. Segundo o bispo, as ações violentas do regime contra os presos chegavam ao absurdo, como os métodos de violência psicológica e física, que desumanizavam os militares encarregados da prática da violência contra os presos, (ARNS, 1985).

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/Uel), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

Paróquia Nossa Senhora da Paz, lugar que havia mais capacidade estrutural para acolher os imigrantes e lhes garantir a manutenção de sua sobrevivência material, com moradia, alimentação e convivência fraterna. Esse novo espaço de escolha dos migrantes se tornou a Casa do Migrante, localizada no bairro do Glicério, no centro de São Paulo.

Segundo Mércia Maria Cruz Stefanelli (2016), a Paróquia Nossa Senhora da Paz desempenha um papel fundamental no acolhimento aos imigrantes, por causa atuação histórica em São Paulo, como referencial religioso da Missão Paz.

Ainda, conforme Mércia Maria Cruz Stefanelli (2016), ao acolher os imigrantes, a Casa do Migrante não faz distinção de classe, raça, gênero, ideologia e religião. Nessa perspectiva, esse ambiente acolhedor conta com múltiplos serviços, no que tange a recepção em média 100 imigrantes por período, com a capacidade máxima para até 110 pessoas. Os abrigados podem permanecer na casa por um período de aproximadamente 90 dias, para reorganizarem as ideias, terem contato com o idioma, se adaptarem com a alimentação, cultura, costumes, assistência, proteção e o apoio da Missão Paz.

Para fortalecer o trabalho de acolhimento aos imigrantes, em 1977, um ano antes da fundação da Casa do Migrante, os religiosos scalabrinianos criaram o CPMM. Essa entidade foi instituída em São Paulo a pedido de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, com o objetivo de acolher imigrantes sul-americanos em busca de melhores condições de vida, fora de seus países dominados por ditadura militar, e abrigar também, a migração de brasileiros, em especial o fluxo da população nordestina. A partir dessa finalidade, a entidade católica se tornou um referencial e aumentou a demanda de serviços prestados à comunidade imigratória (CORRÊA, 2015).

O CPMM opera como um mecanismo de motivação econômica, cultural e social para os imigrantes, a partir dos serviços básicos prestados a eles, através do atendimento jurídico, saúde, formação educacional e cuidado para com a família, como observa Mércia Maria Cruz Stefanelli (2016).

O CPMM com apoio da Arquidiocese Metropolitana de São Paulo liderada pelo cardeal D. Evaristo Arns, foi um instrumento político fundamental no amparo aos refugiados latino-americanos (chilenos, argentinos e uruguaios) que escapavam do domínio dos governos militares de seus respectivos países (CORRÊA, 2015).

A instituição CPMM com a colaboração de voluntários, continua abrigando os migrantes brasileiros e refugiados, imigrantes, especialmente os latino-americanos que encontram dificuldades em seus processos de deslocamento. Essa colaboração voluntária do

recurso humano mencionado, facilita a comunicação com os imigrantes, a partir do diálogo com eles em diferentes idiomas e, proporciona uma profunda sociabilidade por meio da inteiração e integração de cada indivíduo na convivência social (CORRÊA, 2015).

Essas entidades Paróquia Italiana, Nossa Senhora da Paz, Centro de Estudos Migratórios (CEM), Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM), Casa do Migrante (CdM) e a Paróquia Latino Americana e Italiana que forma a Missão Paz, foram blocos centrais de sobrevivência material no atendimento aos novos perfis de imigrantes que escolheram o Brasil para encontrar melhores condições de vida, como os haitianos.

A Missão Paz acolhe os imigrantes vindos das mais diversas realidades do mundo, como foi destacado anteriormente nos parágrafos anteriores. Uma entidade constituída para ser um lugar referencial para os italianos, afim de manter sua fé e sua cultura, acabou se transformando referência para milhares de imigrantes que procuram ajuda, independentemente de suas condições culturais, sociais e religiosas (CORRÊA, 2015).

O RACISMO CONTRA OS HAITIANOS

Nos últimos dez anos, como foi citado nesse trabalho, aconteceram intensos fluxos migratórios de haitianos rumo ao Brasil em busca de melhores condições de vida. Diante desse fato concreto, é evidente o processo de alteração nas relações sociais, visto que, novos desafios estão surgindo, sobretudo, em relação ao acolhimento dos imigrantes negros num contexto em que a existência do racismo no Brasil, gera inúmeras violência contra esse grupo étnico estrangeiro.

No Brasil, os haitianos são submetidos frequentemente, em situações concretas de extremas dificuldades, como humilhação e desrespeitos em seus direitos básicos, principalmente aqueles indivíduos que estão em situação irregular, como muitos se encontram em processo de demanda de refúgio na sociedade brasileira. Isso acontece por causa do racismo, um elemento estrutural que atravessa as relações sociais e institucionais³.

Nessa perspectiva, além das dificuldades inerentes aos imigrantes, os haitianos são forçados a enfrentar a discriminação racial para sobreviverem, porém, muitos não estão e não são preparados para este fenômeno complexo. É evidente a existência de meios e tentativas de

³ BLUE, Lilly. Refugiados- haitianos Missão Paz. 2014. (18m36s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Xx7QIV2WnPU&ab_channel=LillyBlue Acesso em: 08 de setembro de 2021.

negação da existência do racismo⁴, todavia o problema está entranhado na estrutura social, como na política, economia e justiça e, profundamente arraigado no cotidiano das relações sociais⁵.

Segundo Silvio Almeida (2018), o racismo como elemento visível nas relações sociais que tem o poder apropriado por grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Por isso o racismo é um elemento decorrente da própria estrutura social, concebido como modo ‘normal’, com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional.

O Brasil, terra vista pelos haitianos como um lugar de oportunidade de sobrevivência, se revela como um país configurado, estruturalmente, por um sistema de hierarquização social que, consiste em gradações de privilégio e prestígio formadas por classe social, com referência na ocupação e na renda, origem familiar, cor e educação formal. Esses são elementos consequentes das dicotomias, que durante mais de três séculos, sustentaram a ordem escravocrata, a partir da oposição entre elite e povo e, brancos e negros simbólica e materialmente visíveis (HASENBALG, 1979).

Nota-se que o Brasil se apresenta com uma tradição histórica de privilégios para o branco nos campos cultural, social, econômico, histórico, educacional e religioso, e para o negro, há resistência de garantia de direitos humanos. E, isso acontece desde a Abolição, como é lido na perspectiva de Carlos Hasenbalg, que afirma: “A população negra subdesenvolvida teve poucas oportunidades de ascender à hierarquia ocupacional, permanecendo confinada nas ocupações agrícolas não qualificadas” (HASENBALG, 1979, p.179); e, outras atividades de menor status e remuneração, realidade que alcança os dias atuais.

Desse modo, a população negra é privada das garantias dos direitos humanos, ou seja, dos direitos básicos para sobreviver, e ao mesmo tempo, é considerada como grupo social com baixa potencialidade para contribuir com o desenvolvimento social, político, religioso e econômico do Brasil (HASENBALG, 1979). E, isso tem como consequência, o silenciamento de uma população socialmente marginalizada.

⁴ De acordo com Michel Wieviorka (2007), o racismo como produto de uma construção ideológica, pertence ao presente da humanidade e, não somente ao seu passado. Por isso, a partir de 1960, esse elemento ideológico foi analisado pelas Ciências Sociais, tendo como base, novos recortes conceituais, como: Racismo institucional e o racismo cultural.

⁵ O governo brasileiro reconheceu a existência do racismo institucional. <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf> e no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA. <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/467/380> acesso em 01 setembro de 2021.

Essa falta de garantia dos direitos humanos resulta também, da ausência de bens econômicos, que instituem uma determinada alocação involuntária da população negra para os lugares de pobreza, miséria e exploração, tornando-o socialmente impotente, por meio de mecanismos sociais. Por meio dessa lógica, os indivíduos negros formaram uma grande população étnica empurrada para camadas mais baixas da sociedade (TUNER, 2000).

Essa realidade provocada pelo racismo, atinge os haitianos, de modo mais violento por serem negros. Segundo Giralda Seyfert (2002), há dificuldades para o Governo e para a sociedade brasileira acolher e inserir nos espaços de convivência os imigrantes negros, os que não correspondem aos padrões estéticos culturais, considerados padrão de civilização e progresso no século XIX. Para a autora (2002), essa especificidade é predominante desde o período colonial com influência na atualidade, presente no tratamento muitas vezes discriminatório e xenófobo, ao denominado o diferente ou o outro.

ACOLHIDA DA MISSÃO PAZ AOS HAITIANOS: MECANISMO DE COMBATE AO RACISMO

Segundo Anthony Giddnes (2000), as condutas dos atores sociais são comumente moldadas por fatores não reconhecidos pelos próprios agentes. Para ele, os atores têm “suas reservas de conhecimento social”, que mobilizam sua conduta; por isso, há um “conhecimento tácito que é habitualmente utilizado no desempenho de sequências de conduta, mas que o ator não se encontra capaz de formular discursivamente” (GIDDENS, 2000, p. 17). Essa é a consciência prática, que resulta das estruturas sociais e, que faz do indivíduo um ser capaz de agir em diferentes situações, mesmos que essas tenham consequências não intencionais.

De modo geral, as práticas sociais são situadas, e isso faz com que, o agenciamento dos atores sociais, como da Missão Paz se manifeste como intervenção criativa e transformadora no decorrer do processo de acontecimentos no tempo e espaço, historicamente localizados (GIDDENS, 2000).

Percebe-se que, existe racismo na sociedade brasileira contra a população negra, que desencadeia uma série de discriminações raciais e desigualdades socioeconômicas, principalmente contra os haitianos que sofrem violência cultural, moral, material e física⁶. Porém, nessa mesma sociedade, existe uma entidade social que acolhe esses imigrantes, para

⁶ GOMES, Marcela Andrade. Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil, 2017.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UEL), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

reverter essa realidade racista: A Missão Paz⁷.

A entidade Missão Paz como agente social, contribui de maneira expressiva na mediação de conflitos ideológicos, políticos, sociais, econômicos, culturais e religiosos, na busca de melhores soluções de inserção dos haitianos na sociedade, de modo que, esse grupo étnico-racial não sofra racismo, a partir de preconceitos, violência física, moral, cultural e exploração de sua mão de obra em trabalho em condição análoga à escravidão (CORRÊA, 2015).

De acordo com Flávio Alcinei Corrêa (2015), a Missão Paz, cronologicamente tem um longo período de atuação social em benefício dos imigrantes, porém, foi a partir do ano de 2010, adquiriu politicamente visibilidade e reconhecimento social no cenário brasileiro, através dos meios de comunicação com o significativo fluxo de haitianos que vieram para o Brasil, provocado pelo terremoto que devastou Porto Príncipe, capital do Haiti e outras regiões do país.

Segundo Cristóvão Domingos de Almeida (2018), o trabalho da Missão Paz é apontado pelas matérias jornalísticas como sendo uma entidade referencial de acolhida aos haitianos, a partir de várias atividades programadas, como: Hospedagem temporária, oficinas, orientações sociais, psicológicas, preparação para o mercado de trabalho, atividades educacionais, oficinas de orientações sobre os direitos trabalhistas, encaminhamentos da realização da documentação (visto, CPF, carteira de trabalho e cartão SUS), parceria com a Polícia Federal e com o Ministério do Trabalho.

Ainda de acordo com o autor (2018), a Missão Paz como instituição referencial na acolhida aos haitianos, contém um acúmulo de conhecimento básico sobre eles, tal “como onde moravam, o tempo de estadia no Brasil, se trabalhavam ou não e como faziam para receber e socializar as informações” (ALMEIDA, 2018, p. 50). Contudo, a entidade religiosa para Almeida, é também, um recurso significativo para academia, porque ela disponibiliza para pesquisadores, dados quantitativos sobre acolhida, atendimento e contratação de imigrantes haitianos no mercado de trabalho, e registros de acervo fotográfico, contendo imagens do universo das imigrações.

Segundo Gomes (2017), os haitianos encontram dificuldade com o idioma, saudade, por causa das rupturas familiares, o preconceito e as práticas discriminatórias por serem negros, a exaustão pelo excessivo trabalho, consequência da exploração de sua força de trabalho,

⁷ A atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento e de inserção dos imigrantes negros (haitianos), no Brasil, de modo particular, em São Paulo, como mecanismo de combate ao racismo, pode ser interpretada pela análise sociológica, como produtor e articulador de saberes construídos, por um coletivo não hegemônico e contra-hegemônico, materializado nas relações sociais.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UUEL), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

inclusão na convivência social, hospitalidade de alguns brasileiros (as) e as melhores condições de vida que garanta sua sobrevivência material.

Com base na bibliográfica que foi utilizada, é possível inferir que a ação da Missão Paz em acolher os haitianos vai além do assistencialismo, é o agenciamento social de uma entidade religiosa que pode ser considerada um instrumento político de combate ao racismo, fenômeno que atingem também a população haitiana no Brasil.

APRECIÇÃO

260

O Brasil é um país que se apresenta com inúmeros desafios, sobretudo, para os imigrantes e refugiados provenientes de países em que a população é majoritariamente negra, como do Haiti. Nessa perspectiva, a sociedade brasileira é provocada pela Missão Paz a dar resposta, não apenas para as urgências da população negra nativa, com a sua diversidade cultural, mas, para milhares de haitianos, que se apresentam também, como outra realidade e cultura, fazendo parte de um funcionamento, nacionalmente conflituoso e excludente.

Na perspectiva do debate sobre a situação de exclusão sofrida pela população negra no Brasil, a atuação social da Missão Paz junto aos haitianos, pode ser definido como um posicionamento político contra o racismo, com o objetivo de superar esse perverso fenômeno, estruturado na sociedade.

O atendimento aos haitianos a partir de uma organização religiosa, como é o caso da Igreja Católica, revela a opção política do Estado brasileiro frente à questão migratória haitiana. Desse modo, é imprescindível ressaltar o incansável trabalho de acolhimento da Missão Paz frente aos desafios humanitários que este fenômeno migratório impõe.

Contudo, a Missão Paz como entidade religiosa atuante na sociedade, pode ser interpretada por determinadas epistemologias, porque ela atua como força pedagógica nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento autônomo produzido pelas Ciências Sociais no Brasil se deve ao trabalho prático desempenhado por esses tipos de segmentos, que provocam o conhecimento científico, fazendo surgir novas temáticas e problemáticas, questionando conceitos e dinamizando o conhecimento sociológico, antropológico e político.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. Haitianos no Brasil e a sua relação com a comunicação, o consumo e o trabalho. São Paulo: Paulus, 2018.

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutura? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. ARNS, Paulo Evaristo. In: Brasil: Nunca Mais. Petropolis, Vozes, 1985.
- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta Guimarães. SOS Português: imigração haitiana em São Paulo. 2015. 39º Encontro anual da ANPOCS Caxambu, 26 a 30 de outubro de 2015. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt23/9659-sos-portugues-imigrantes-haitianos-em-sao-paulo/file>> Acesso em: 30 de agosto de 2021.
- BASSANEZI, Maria Silva C. Beozzo. Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1955.
- BLUE, Lilly. Refugiados- haitianos Missão Paz. 2014. (18m36s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Xx7QlV2WnPU&ab_channel=LillyBlue Acesso em: 08 de setembro de 2021.
- BOMFIM, Leila Aparecida. Sistematização da Memória Pastoral dos Migrantes da Missão Paz Scalabriniana Nossa Senhora da Paz – Centro de Estudos Migratórios (CEM) – São Paulo – 2010.
- CAMBA, Salete Valesan (org). Imigrantes. Edição da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil, 2015.
- CORREIA, Flávio Alcinei. História e atuação da Missão Paz em São Paulo: A Religião como meio de assistência para a inserção do migrante na sociedade. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2015.
- FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global 2007.
- GIDDENS, A. Dualidade da estrutura: agência e estrutura. Oeiras: Celta, 2000.
- GOMES, Marcela Andrade. Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil, 2017.
- HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ. 2005.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL): IPEA, 2015. Disponível em: <http://pensando.mj.gov.br/wp->

[content/uploads/2015/12/PoD_57_Liliana_web3.pdf](#).

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

STEFANELLI, Mércia Maria Cruz. Missão Paz: Lugar de Hospitalidade e Acolhimento aos I-Migrantes na Cidade de São Paulo, SP. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473550236002>> Acesso em: 05 de setembro de 2021.

TURNER, Jonathan H. Sociologia: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Makron Books, 2000.

VOHRA, Shyla *et al.* Direito Internacional da Migração: Glossário sobre Migração. Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2009. Disponível em: <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>> Acesso em 06 de outubro de 2021.

WIEVIORKA, Michel. O Racismo, uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.

* * * * *